

UNIDADE CURRICULAR: PEDAGOGIA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

TRABALHO / RESOLUÇÃO:

Questão 1: Os principais marcos históricos da Educação de Adultos no contexto português são marcados por vários momentos. Durante a ditadura a população portuguesa era, maioritariamente, analfabeta e iletrada, esta realidade foi alterada após o 25 de abril de 1974. Do ano de 1974 até meado do ano de 1980 foi promovida pela Direção Geral da Educação Permanente (DGEP) uma política que procurava uma mudança radical na maneira como se pensava a educação, ou seja, a Educação e Formação de Adultos, ao longo da vida, como um direito para todos e de modo igualitário.

Foi implementado o Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos (PNAEBA) com o intuito de reduzir o número de analfabetos e dar a oportunidade de formação de adultos de modo a proporcionar-lhes novas perspetivas profissionais, no ano de 1979. Entre o ano de 1989 até ao ano de 2006, surge o Programa Operacional para o Desenvolvimento da Educação de Adultos (PRODEA). Este programa visava a promoção da qualificação da mão de obra, um aumento das ações de educação de adultos, como por exemplo a escolarização obrigatória de adultos e a formação profissional.

Quando Portugal aderiu à União Europeia (UE), no ano de 1986, foi aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86), que consistia no ensino recorrente (promoção da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso ao sistema educativo) e na educação extraescolar (“entendida enquanto educação de adultos liberal” (Guimarães, 1989)).

Já entre o ano de 1995 até ao ano de 2002 relançou-se a política pública de educação de adultos, ou seja, a revalorização do direito à educação de adultos, com a criação do Programa para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos (PDEFPA) através da Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos (ANEFA), com esta política pretendia-se uma diversidade de ofertas, que tinham como base a abordagem das competências adquiridas/experienciais e não pelo conteúdo de natureza escolar, desenvolvimento de novas metodologias, novos modelos e intervenção pedagógica e socioeducativa, passou a haver atribuição de certificação escolar e qualificação profissional.

No final do ano de 2005 é quando surge a Iniciativa Novas Oportunidades (INO) com a garantia da Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), com os cursos Educação e Formação de Adultos (EFA) e com os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Em 2016, é apresentado o Programa Qualifica que tem como objetivo melhorar os níveis de qualificação dos adultos e melhorar a empregabilidade da população adulta num geral.

Os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) foram constituídos por uma aposta pedagógica inovadora, ou seja, eram estruturados por uma proposta diferente relativamente à organização, aos conteúdos, aos modos de trabalho pedagógico e à avaliação, com componentes de educação formal, não-formal e informal da educação de base e de formação profissional. As construções do currículo dos cursos eram baseadas em Referenciais de Competência Chave. E divididos por módulos, os Cursos equivalentes ao ensino básico eram dedicados à aprendizagem com autonomia, os Cursos equivalentes ao ensino secundário iam

ao encontro da inclusão dos adultos em grupos de educação e formação e do relacionamento entre os adultos e os educadores.

O processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) surgiu para dar resposta à exclusão social dos adultos com menos qualificações, garantir a igualdade de oportunidades para todos e adotando estratégias de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV). A nova política (nacional e supranacional) de Educação e Formação de Adultos (EFA) levava para uma maior competitividade. Este processo tinha como objetivo identificar a transmissão de conteúdos, com uma natureza metodológica das competências e identificava as principais dificuldades dos educadores de adultos.

Durante este percurso, foram surgindo novas profissões, entre elas a de educador de adultos, que não tinham formação específica para desempenharem tais funções. Estes profissionais têm passado por grandes dificuldades na inserção do mercado de trabalho, devido às políticas de educação de adultos que marcavam o país pela intermitência e descontinuidade, sendo uma profissão muito pouco valorizada e reconhecida.

Bibliografia:

Guimarães, P. (1989). Políticas públicas de educação de adultos em Portugal: diversos sentidos para o direito à educação? Disponível em <http://www.rizoma-freireano.org/index.php/politicas-publicas>, consultado a 18 de novembro de 2020.

Guimarães, P. & Barros, R. (2015). A Nova Política de Educação e Formação de Adultos em Portugal. Os Educadores de Adultos numa Encruzilhada? Educação e Sociedade, Campinas, Vol. 36, N°131, pp. 391 – 406.

Gonçalves, M. (2012). Combater a Desistência na Educação e Formação de Adultos. Aprendizagem ao longo da Vida. Chiado Editora.